



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

038



HABEAS CORPUS: 200102-3
COMARCA ORIGEM: Recife (1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)
IMPETRANTE: Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública
PACIENTE: **GILSON DE DEUS SANTANA JUNIOR**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. REVOGAÇÃO DA PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. FEITO MAL INSTRUÍDO. MANUTENÇÃO DA PRISÃO. ORDEM DENEGADA.

1. Conforme pacífico magistério jurisprudencial, eventuais condições pessoais favoráveis ao paciente não garantem o direito à revogação da custódia cautelar, quando presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. Feito mal instruído.
2. A proibição de liberdade provisória, nos casos de crimes hediondos e equiparados, decorre da própria inafiançabilidade imposta pela Constituição da República à legislação ordinária (Constituição da República, art. 5º, inc. XLIII). Precedentes.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 200102-3 (1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital), em que figura, como impetrante, a Defensora Pública Roberta Rodrigues Pitanga, e como paciente **GILSON DE DEUS SANTANA JUNIOR**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem** do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

5458

Recife, 16 de dezembro de 2009.

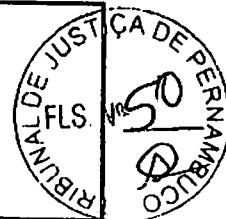
Des. MAURO ALENCAR DE BARROS

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESMEMBRADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

039



HABEAS CORPUS: 200102-3
COMARCA ORIGEM: Recife (1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)
IMPETRANTE: Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública
PACIENTE: **GILSON DE DEUS SANTANA JUNIOR**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório, subscrito pela ilustre representante da Defensoria Pública, em favor de **GILSON DE DEUS SANTANA JUNIOR**, apontando como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito em exercício no Mutirão Carcerário do CNJ, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura para que o paciente possa responder ao processo em liberdade, por ausência dos requisitos para manutenção da sua custódia cautelar.

Afirma a impetrante que o paciente foi preso em flagrante no dia 19/06/2009 por trazer consigo 50g de crack e 08 saquinhos de cocaína, e que a Lei nº 11464/07 suprimiu a vedação prevista na Lei de Crimes Hediondos para concessão de liberdade provisória aos acusados de tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins.

Sustenta ainda que o paciente preenche os requisitos do parágrafo único do art. 310 do CPP: é pessoa de boa índole, primário, tem endereço certo e reside no distrito da culpa, não havendo indícios de que o mesmo pretenda fugir à aplicação da lei penal ou venha perturbar o correto tramite da ação penal.

A liminar foi indeferida por insuficiência de informações (fls. 27/28).

Ofício do Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes da Capital às fls. 35/36, informando que desde o dia 06/08/09 o paciente foi notificado para apresentação de defesa preliminar, e em 08/09/09 o

178



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESIMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

040



Mutirão Judicial do Sistema Carcerário Estadual indeferiu o pleito de liberdade provisória.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça às fls. 44/45, opinando pela denegação da ordem, entendendo ausente o alegado constrangimento ilegal.

Em seguida, vieram-me conclusos.

É o breve relatório.

Recife, 16 de dezembro de 2009

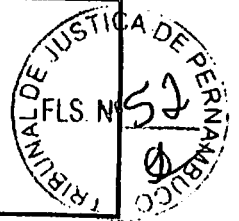
Des. Mauro Alencar de Barros

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

041



HABEAS CORPUS: 200102-3
COMARCA ORIGEM: Recife (1ª Vara Criminal dos Feitos relativos a Entorpecentes)
IMPETRANTE: Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública
PACIENTE: **GILSON DE DEUS SANTANA JUNIOR**
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

A autoridade coatora (juiz de direito em exercício no Mutirão Carcerário do TJPE/CNJ) negou em 08/09/09 a concessão da liberdade provisória nos seguintes termos:

(...) Em que pese me filie à corrente que se posiciona pela aplicabilidade do art. 2º, II, da Lei n. 11.464/07 aos delitos de tráfico de entorpecentes, posto tratar-se de lei especial posterior e mais benéfica, **entendo que no presente caso não estão presentes os requisitos para concessão do benefício ao acusado.**

Em reiteradas decisões, o Superior Tribunal de Justiça e os Tribunais Superiores têm decidido que as condições pessoais de primariedade, endereço certo e profissão definida, por si sós, não constituem corolário à concessão do benefício da liberdade provisória, quando presentes os motivos ensejadores do decreto preventivo.

A propósito, veja-se o seguinte aresto:

STJ: "(...) 2. Conforme pacífico magistério jurisprudencial, eventuais condições pessoais favoráveis ao paciente - tais como primariedade, bons antecedentes, endereço certo, família constituída ou profissão lícita - não garantem o direito à revogação da custódia cautelar, quando presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. 3. Ordem denegada." (HC 42061/DF, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, 5ª T, j. 18.08.05, DJ. 26.09.05, p. 421).

No caso, o réu foi preso na posse de 50g (cinquenta) gramas de "crack", 08 (oito) saquinhos contendo 07g (sete) gramas de cocaína, além de 01 (um) revólver calibre 38 e 06 (seis) munições do mesmo calibre,



conforme auto de apresentação e apreensão de fl. 22, o que demonstra a gravidade de sua conduta delitosa para a sociedade.

Por certo, a manutenção da custódia do acusado se justifica na necessidade de se assegurar a saúde e a ordem pública, além de considerarmos os efeitos colaterais da violência do entorno do tráfico de entorpecentes.

Por conseguinte, entendo presentes os motivos autorizadores do decreto preventivo, existindo nos autos prova da materialidade e indícios suficientes da autoria delitiva, além estarem presentes hipóteses de perigo, embasadoras da medida cautelar privativa da liberdade do autuado, dada a gravidade do delito, além de que a quantidade de droga apreendida é indicativa da relevante atuação do acusado no tráfico na comunidade, reclamando-se, desse modo, a atuação Estatal, a fim de minimizar-se os riscos à saúde pública.

Isto posto, indefiro o pedido de liberdade provisória, com esteio nos arts. 310, parágrafo único, c/c art. 312 do CPP.

(...) Recife, 08 de setembro de 2009. Roberta Vasconcelos Franco Rafael Nogueira - Juíza de Direito em exercício no Mutirão Carcerário

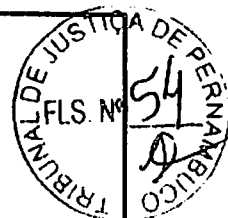
Da análise dos autos, não encontro flagrante qualquer ilegalidade na prisão do acusado, não havendo qualquer documento que comprove as alegações defensivas.

A denúncia imputa ao paciente apenas a conduta infracional prevista nos arts. 33, *caput*, e 35 da Lei nº 11343/06 (tráfico de drogas), c/c art. 69 do Código Penal, em razão da momentânea atipicidade da conduta de possuir arma de fogo e munições no interior da residência.

Contudo, a apreensão da arma denota uma periculosidade maior na conduta de possuir substâncias entorpecentes proibidas por lei, como o crack e a cocaína.

Quanto à proibição de liberdade provisória nos crimes hediondos e equiparados, acompanho a jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal, que tem se posicionado da seguinte forma:

EMENTA: HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE POR TRÁFICO DE DROGAS. LIBERDADE PROVISÓRIA: INADMISSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. A proibição de liberdade provisória, nos casos de crimes hediondos e equiparados, decorre da própria inafiançabilidade imposta pela Constituição da República à legislação ordinária (Constituição da República, art. 5º, inc. XLIII): Precedentes. O art. 2º, inc. II, da Lei n.



8.072/90 atendeu o comando constitucional, ao considerar inafiançáveis os crimes de tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos. Inconstitucional seria a legislação ordinária que dispusesse diversamente, tendo como afiançáveis delitos que a Constituição da República determina sejam inafiançáveis. Desnecessidade de se reconhecer a inconstitucionalidade da Lei n. 11.464/07, que, ao retirar a expressão 'e liberdade provisória' do art. 2º, inc. II, da Lei n. 8.072/90, limitou-se a uma alteração textual: a proibição da liberdade provisória decorre da vedação da fiança, não da expressão suprimida, a qual, segundo a jurisprudência deste Supremo Tribunal, constituía redundância. Mera alteração textual, sem modificação da norma proibitiva de concessão da liberdade provisória aos crimes hediondos e equiparados, que continua vedada aos presos em flagrante por quaisquer daqueles delitos. 2. A Lei n. 11.464/07 não poderia alcançar o delito de tráfico de drogas, cuja disciplina já constava de lei especial (Lei n. 11.343/06, art. 44, caput), aplicável ao caso vertente. 3. Irrelevância da existência, ou não, de fundamentação cautelar para a prisão em flagrante por crimes hediondos ou equiparados: Precedentes. 4. Ordem denegada.

(HC 98548, Relator(a): Min. CARMEN LÚCIA, Primeira Turma, julgado em 24/11/2009, DJe-232 **DIVULG 10-12-2009** PUBLIC 11-12-2009 EMENT VOL-02386-02 PP-00404)

Por fim, apesar de não ter sido alegado excesso de prazo, registro que o paciente foi notificado em 06/08/09 para apresentar sua defesa preliminar, não o fazendo até a presente data.

Pelo exposto, em consonância com o Parecer da douta Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem** do presente Habeas Corpus.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Des. MAURO ALENCAR DE BARROS
Relator